



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
Secretaria de Inclusão

PARECER Nº 13/2022/SIN
PROCESSO Nº 23070.018475/2022-48
INTERESSADO: @INTERESSADOS_VIRGULA_ESPACO@

A Comissão de Heteroidentificação da Universidade Federal de Goiás, em atendimento à demanda do Instituto de Informática - INF, relativa ao EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 05/2021, realizou procedimento presencial para fins de aferição das características fenotípicas da candidata **MARIANA CRISOSTOMO MARTINS**, no dia 11 de abril de 2022.

Destacamos que a Comissão de Heteroidentificação aferiu as características fenotípicas da candidata a partir da autodeclaração assinada diante da banca de heteroidentificação, na qual consta:

“Estou ciente de que se for detectada falsidade desta declaração, estarei sujeito às penalidades legais, inclusive de eliminação deste processo seletivo, e de rescisão do contrato (caso tenha sido contratado) após procedimento administrativo regular, em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa”.

Não são considerados para fins do processo de heteroidentificação, registros, documentos pretéritos, imagens, certidões que se refiram à confirmação de heteroidentificação em processos anteriores conforme dispõe o art. 9º da Portaria Normativa nº 4, de 06 de abril de 2018 e seus parágrafos que disciplinam:

“Art. 9º - A comissão de heteroidentificação utilizará exclusivamente o critério fenotípico para aferição da condição declarada pelo candidato no concurso público.

§ 1º - Serão consideradas as características fenotípicas do candidato ao tempo da realização do procedimento de heteroidentificação.

§ 2º - Não serão considerados, para os fins do caput, quaisquer registros ou documentos pretéritos eventualmente apresentados, inclusive imagem e certidões referentes a confirmação em procedimentos de heteroidentificação realizados em concursos públicos federais, estaduais, distritais e municipais”.

É importante destacar ainda que para além dos critérios definidos pelo IBGE, a autodeclaração, segundo o Art. 3º da Portaria Normativa nº 4, de 04 de abril de 2018 não possui valor absoluto, sendo relativa a sua presunção de veracidade.

“Art. 3º - A autodeclaração do candidato goza da presunção relativa de veracidade”.

O Supremo Tribunal Federal em outro julgado, a Ação Direta de Constitucionalidade-ADC41, declara legítima a utilização de mecanismos de verificação como a heteroidentificação não restando dúvida sobre a legitimidade de atuação da comissão de Heteroidentificação da UFG.

“2. Ademais, a fim de garantir a efetividade da política em questão, também é constitucional a instituição de mecanismos para evitar fraudes pelos candidatos. É legítima a utilização, além da autodeclaração, de critérios subsidiários de heteroidentificação (e.g., a exigência de autodeclaração presencial perante a comissão do concurso), desde que respeitada à dignidade da pessoa humana e garantidos o contraditório e a ampla defesa”.

Para esclarecer, no procedimento de heteroidentificação são aferidas, no conjunto de características físicas visíveis da candidata, a *cor da pele associada às demais marcas ou características da população negra (formato do nariz, textura de cabelos e lábios)* que, em conjunto, atribuem ao sujeito a aparência racial negra, cotejadas nos contextos relacionais locais. No caso específico da candidata, apresentam-se visivelmente características típicas da população afrodescendente. Neste contexto, conclui-se que a candidata possui traços fenotípicos que a habilite como sujeito da política de cota étnico-racial como negra (preta/parda).

Com base no exposto acima, a Banca de Heteroidentificação **considera procedente a participação da mesma como candidata negra** no certame de que trata o EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 05/2021, da Universidade Federal de Goiás, Regional Goiânia.

Comissão de Heteroidentificação



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Rodrigues Cruz, Presidente da Comissão**, em 12/04/2022, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2829779** e o código CRC **759B2E84**.